

Caiado propõe tratar facções como terrorismo na Amazônia

Zema também participa de encontro com foco em segurança pública

O ex-governador de Goiás e pré-candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado (PSD), defendeu nesta segunda-feira (25) que facções criminosas passem a ser enquadradas como organizações terroristas no Brasil. A declaração foi feita na Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) durante encontro com empresários na cidade de São Paulo, que reuniu também o ex-governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em um debate sobre segurança pública e cenário nacional à respeito.

Ao apresentar propostas para a área, Caiado afirmou que o avanço do crime organizado exige uma resposta mais ampla do Estado brasileiro e associou o tema diretamente à situação da Amazônia. Segundo ele, o enquadramento jurídico das facções como terrorismo permitiria ampliar instrumentos de enfrentamento e fortalecer

mecanismos de atuação federal.

Durante a exposição, o ex-governador goiano afirmou que parte da região amazônica enfrenta pressão crescente de organizações criminosas e defendeu maior presença do Estado em áreas de fronteira. Na avaliação dele, o combate ao crime organizado exige coordenação entre forças de segurança e integrações federais.

No Governo Federal

Ronaldo Caiado também declarou que, em um eventual mandato à frente do governo federal, defenderia o emprego articulado das Forças Armadas, das forças policiais e dos órgãos de inteligência em ações voltadas ao enfrentamento dessas organizações. O ex-governador citou ainda a necessidade de ampliar mecanismos de cooperação internacional e fortalecer ações de monitoramento de todas as fronteiras brasileiras.



A declaração foi feita na Câmara Americana de Comércio para o Brasil em São Paulo

Romeu Zema

O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), também participou do encontro e integrou o debate ao lado de Caiado. Na cobertura do evento, o ex-governador mineiro apareceu como uma das lideranças presentes na discussão sobre temas nacionais e na aproximação com setores do empresariado em meio ao ambiente político voltado para as eleições deste ano de 2026.

A proposta apresentada de equiparar facções criminosas ao terrorismo se soma a algumas discussões que já apareceram em diferentes momentos do debate político brasileiro. Defensores da medida argumentam que uma mudança legal poderia ampliar os instrumentos de combate às organizações criminosas, além de fortalecer, também, os acordos de cooperação internacional com outros países ao redor do mundo.

Tema enfrenta resistências

Por outro lado, o tema encontra resistência entre especialistas do assunto e setores do governo federal, que costumam apontar diferenças entre os conceitos jurídicos de terrorismo e de organização criminosa previstos na legislação brasileira. Pela norma em vigor, os dois enquadramentos possuem requisitos e objetivos distintos.

O encontro desta segunda-feira reuniu representantes do setor produtivo e ocorreu em um momento de intensificação das movimentações políticas para a disputa presidencial de 2026. Segurança pública, atuação federal e estratégias para enfrentamento do crime organizado estiveram entre os temas centrais das discussões.

Apesar da defesa feita por Caiado, a proposta ainda não foi formalizada em projeto legislativo e dependeria de trami-

tação e aprovação no Congresso Nacional para avançar.

Soberania nacional

Além da discussão sobre segurança pública, Caiado relacionou a proposta ao debate sobre soberania nacional e presença do Estado em áreas consideradas estratégicas da Amazônia. Segundo Caiado, o fortalecimento das estruturas federais de fiscalização e controle territorial deveria ocorrer de forma permanente e integrada entre órgãos públicos.

Ao defender mudanças no enfrentamento ao crime organizado, Caiado argumentou que o modelo atual precisa de maior capacidade de coordenação entre inteligência, policiamento e controle de fronteiras. O tema tem sido recorrente em declarações de pré-candidatos e integrantes da oposição ao governo federal e aparece entre os assuntos que devem permanecer no centro da agenda nos próximos meses.

Cidade de São Paulo inicia estruturação de circuito turístico na Trilha Interparques

Daniel Reis/Prefeitura de SP

A Prefeitura de São Paulo iniciou a estruturação de um circuito turístico associado à Trilha Interparques, percurso localizado no extremo sul da capital que conecta áreas de conservação ambiental e busca ampliar atividades ligadas ao turismo, mobilidade ativa e economia local.

A iniciativa está vinculada à Trilha Interparques, rota criada para interligar unidades de conservação, parques e outras áreas protegidas da região sul do município. A proposta prevê organizar o território para receber visitantes e fortalecer atividades econômicas relacionadas ao fluxo turístico, incluindo serviços, alimentação, hospedagem e comércio local.

Lançada em 2025, a trilha possui cerca de 182 quilômetros de extensão e conecta parques muni-

cipais, estaduais, represas e reservas ambientais. O percurso integra o Polo de Ecoturismo da capital e atravessa regiões como Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé.

Segundo informações divulgadas pela administração municipal, a fase atual concentra ações de planejamento para transformar o trajeto em um circuito turístico estruturado. Entre os elementos considerados estão sinalização, pontos de apoio aos usuários, comunicação ao visitante, integração entre atrativos e estratégias para incentivar deslocamentos por caminhada e bicicleta.

A diretriz de mobilidade ativa aparece como um dos eixos centrais do projeto. Nesse modelo, o deslocamento deixa de ser apenas um meio para chegar ao destino e passa a integrar a experiência



Trilha Interparques é uma lei aprovada no fim de 2025

turística, estimulando percursos realizados sem veículos motorizados e valorizando a permanência nos territórios atravessados.

Outro objetivo anunciado é ampliar oportunidades econô-

micas em bairros próximos ao percurso. A expectativa da gestão municipal é que o aumento da circulação de visitantes gere demanda para pequenos negócios e serviços associados ao tu-

rismo de natureza. A proposta também considera o aproveitamento de estruturas já existentes ao longo da rota, evitando a necessidade de criar novos equipamentos em toda a extensão.

A Trilha Interparques foi institucionalizada por lei municipal aprovada no fim de 2025. O texto estabelece que o corredor ambiental deve promover conservação, ecoturismo e integração com comunidades locais, além de permitir futuras expansões para incluir novas áreas protegidas.

Entre os locais abrangidos pelo percurso estão áreas como os parques naturais municipais de Bororé, Varginha, Itaim, Jacguava e Cratera de Colônia, além de unidades estaduais e áreas de proteção ambiental localizadas no extremo sul da cidade.